



CONTRA A INEFABILIDADE DAS *HINGE PROPOSITIONS*: UMA LEITURA NEOPRAGMATISTA

PALOMA DE SOUZA XAVIER¹ E
MARCOS ANTONIO DA SILVA JUNIOR²

RESUMO: O conceito de “proposições-dobradiça” (*hinge propositions*) possui diversas interpretações que se remetem também ao *Tractatus* e às *Investigações*. Moyal-Sharrock (2004), por exemplo, defende que as *hinge propositions* são inefáveis. Para a intérprete, as *hinge certainties* não podem ser ditas, pois caso isso ocorresse, o jogo de linguagem se solidificaria. Mas se, de fato, as *hinge certainties* fossem indizíveis, como poderíamos proceder com casos de desacordo entre certezas fulcrais distintas e rivais? A tese da inefabilidade das *hinges* parece ser inadequada, visto que inviabiliza o diálogo significativo e possíveis correções em ambientes de conflito entre diferentes *hinge*. Para tratar dessas questões, a partir de uma leitura neopragmatista, utilizamos o método socrático interpretado a partir da filosofia da linguagem de Robert Brandom (1994, 2013). Desenvolvemos, portanto, este trabalho em duas etapas: i) a etapa negativa, em que mostramos as insuficiências da tese de inefabilidade de Moyal-Sharrock sobre as *hinges*; ii) a etapa positiva, na qual argumentamos que o método socrático, tal como proposto por Brandom, apresenta um mecanismo possível de resolução do impasse nesses tipos de desacordos.

PALAVRAS-CHAVE: Da Certeza. Wittgenstein. Epistemologia. Brandom. Inefabilidade.

ABSTRACT: The concept of “hinge propositions” has several interpretations that also refer to the *Tractatus* and the *Investigations*. Moyal-Sharrock (2004), for example, argues that hinge propositions are ineffable. For the interpreter, the hinge certainties cannot be said, because if that happened, the language game would solidify. But if, in fact, hinge certainties were ineffable, how could we handle cases of disagreement between distinct and rival hinge certainties? The thesis of the ineffability of hinges seems to be inappropriate, since it prevents meaningful dialogue and possible corrections in situations of conflict between different hinges. To address these issues, from a neopragmatist reading, we use the Socratic Method as interpreted by Robert Brandom (1994, 2013). We developed this contribution in two parts: i) the negative part, in which we show the shortcomings of Moyal-Sharrock's ineffability thesis in respect to hinges; ii) and the positive part, in which we argue that the Socratic method, as proposed by Brandom, presents a possible mechanism for resolving the impasse in this kind of disagreements.

KEYWORDS: On Certainty. Wittgenstein. Epistemology. Brandom. Ineffability.

¹ Graduanda em Filosofia pela Universidade Federal da Pernambuco (UFPE). Professora e coordenadora da equipe de filosofia do pré-acadêmico Portal da UFPE. E-mail: palomasouzaxavier@gmail.com.

² Professor Adjunto do Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e coordenador do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da UFPE. É bolsista produtividade PQ2 do CNPQ e editor-chefe da revista “Perspectiva Filosófica”. E-mail: marcosilvarj@gmail.com.

... quando se encontram dois princípios que não podem conciliar-se um com outro, os que defendem um declaram os outros loucos e heréticos. (WITTGENSTEIN, 1969, §609-§611)

A obra *Da Certeza (Über Gewißheit)* de Wittgenstein foi composta entre os anos de 1949 e 1951, tendo sido publicada apenas após a morte do autor, em 1969. A escrita dessa obra provavelmente foi estimulada pelos diálogos com Norman Malcolm em Ithaca, Nova York, momento no qual ambos teriam discutido a respeito da leitura de alguns artigos importantes de Moore. Os textos influenciadores, dentre outros, de *Da Certeza* foram *Em Defesa do Senso Comum* (1925) e *Prova do Mundo Exterior* (1936), de Moore. No texto *Em Defesa do Senso Comum*, Moore lista várias proposições que ele diz saber, com certeza, serem verdadeiras. Para Moore, elas são truísmos e têm um grau de evidência muito alto.

Algumas dessas proposições são “existe um corpo que é meu”, “este corpo nasceu há algum tempo no passado e existe continuamente desde então”, “muitos desses corpos morreram e deixaram de existir antes que meu corpo nascesse”, “desde que nasci sempre estive em contato com a superfície da terra ou não longe dela”, “eu sou um ser humano” e “aqui está uma mão”. Moore, então, tenta bloquear conclusões idealistas e céticas sobre o mundo usando o operador epistêmico “eu sei que” antecedendo cada proposição. De fato, Moore afirma que sabe a verdade de todas estas proposições. Nesse contexto, podemos imaginar que há, pelo menos, dois dois lados na disputa sobre os truísmos de Moore. De um lado, o cético, afirmando que “Moore não pode saber que o mundo externo existe” e, do outro, Moore, acreditando que bloqueia as indagações dos céticos ao simplesmente afirmar: “eu sei que o mundo externo existe”.

Wittgenstein se mostra insatisfeito com as respostas que Moore oferece, pois para ele, tanto Moore quanto os céticos confundem certeza com conhecimento. Conhecimento, na visão wittgensteiniana, não implica certeza, assim como certeza não implica conhecimento. Como veremos adiante, a partir dessa discussão, Wittgenstein apresenta importantes considerações que motivaram o surgimento do conceito de proposições-dobradiças (*hinge propositions*).

No decorrer de *Da Certeza* (1969), Wittgenstein apresenta algumas analogias para elucidar o que são as *hinges*. Talvez, a mais intuitiva seja a da seção 341:

As perguntas que formulamos e as nossas dúvidas dependem do fato de certas proposições estarem isentas de dúvida serem como que dobradiças em volta das quais as dúvidas giram. (1969, §341)

Wittgenstein parte da analogia de que, para ser possível o movimento de abrir e fechar uma porta, alguma coisa tem que ficar fixa — no caso da porta, a dobradiça. Assim, analogamente, para que seja possível duvidar, é necessário que haja certezas fixas. Esse ponto fixo é o que permite a funcionalidade das nossas práticas. Por exemplo, as *hinges* “eu sou um ser humano”, “existe um corpo que é meu” e “eu tenho um cérebro” devem permanecer fixas para que possamos executar atividades como andar, digitar etc. Dessa forma, nas palavras do filósofo, “o próprio jogo da dúvida pressupõe certeza” (WITTGENSTEIN, 1969, §115).

Como consequência, a identidade das *hinges* não está em seu conteúdo conceitual, ou seja, do que alegadamente elas tratam, nem em sua forma lógica, uma vez que boa parte delas teriam a forma lógica de uma proposição empírica ordinária. O que faz algumas proposições se tornarem fulcrais é o papel que desempenham em nossas vidas. Analogamente, o que torna uma coisa uma dobradiça não é exatamente o material de que ela é feita e nem somente o seu formato, mas é a função que a coisa exerce neste sistema de abrir e fechar a porta. As *hinges* em nossos sistemas de crenças executam, pois, um papel normativo; elas possuem a função de regra, isto é, elas servem como critérios a partir dos quais avaliamos, orientamos e corrigimos nossas práticas. Este papel é o que garante a funcionalidade das nossas práticas, das certezas, do aprendizado, da correção e da revisão. Desse modo, são as *hinges* que formam nossa imagem de mundo (*Weltbild*)³ (WITTGENSTEIN, 1969, §95) e sustentam nossos jogos de linguagem (WITTGENSTEIN, 1969, §403).

Contudo, o conceito de “proposições-dobradiça” (*hinge propositions*) possui diversas interpretações que se remetem também ao *Tractatus* e às *Investigações*. Há autores que não as compreendem como proposicionais ou epistêmicas, isto é, que podem se tornar objetos de conhecimento, assim como podem ser justificadas. Dentre os autores que defendem uma interpretação não epistêmica das *hinges*, estão: McGinn (2002), Stroll (1994), Moyal-Sharrock (2004, 2015) e Coliva (2010). Opostamente, há os que defendem uma interpretação epistêmica, como Wright (2003), William (2004) e Pritchard (2016).

Moyal-Sharrock está entre os que compreendem as *hinges* como não epistêmicas e não proposicionais, isto é, que não podem ser objetos de conhecimento, não sendo elas passíveis de verdade ou falsidade. A autora utiliza a expressão “certezas fulcrais” (*hinge certainties*), escolha que já demonstra sua posição em relação às *hinges*.⁴ Nessa perspectiva, a autora propõe

³ Este conceito é apresentado na sessão 122 das *Investigações Filosóficas* e retomado no *Da Certeza*.

⁴ Moyal-Sharrock opta por usar a expressão *hinge certainties* provavelmente para evitar o termo “proposição”, já que a autora não entende as *hinges* como sendo proposicionais. Assim, usando o termo “hinge certainty” a intérprete endossa uma de suas teses, a saber, a tese da não proposicionalidade das *hinges*.

que as *hinges* não são passíveis de erro e dúvida, pois não são objetos de conhecimento, e, portanto, não seriam proposicionais, porque necessitariam de bipolaridades. Em outras palavras, precisariam ser passíveis de verdade ou falsidade, o que não ocorre com as *hinges*, visto que seriam inefáveis (MOYAL-SHARROCK, 2015, p. 17).

No entanto, nossos esforços, aqui, não se direcionam a endossar ou a refutar uma dessas interpretações. O foco deste trabalho é inicialmente o exame crítico de uma tese defendida por Moyal-Sharrock: a tese da inefabilidade das *hinges*.

Apresentadas essas questões, formulamos como perguntas os dois problemas que nos propomos a responder. Primeiro, se as *hinges* são inefáveis como afirma Moyal-Sharrock, como seria possível corrigi-las? Segundo, se a correção for possível, qual procedimento poderíamos utilizar para implementá-la?

O referencial teórico da abordagem que propomos aqui é o neopragmatismo⁵. Tal abordagem contribui para discussões contemporâneas acerca das *hinge propositions*, já que o neopragmatismo possibilita uma interpretação das *hinges* a partir de uma natureza pragmática, ou seja, nos possibilita enfatizar as práticas de indivíduos e agentes numa determinada comunidade; de indivíduos performando atividades num determinado ambiente com outros indivíduos e outros agentes.

Defendemos aqui que a inefabilidade das *hinges*, assim como proposta por Moyal-Sharrock, inviabiliza práticas de correções importantes, como as que ocorrem em situações de conflitos de imagens de mundo distintas. Em um ambiente com indivíduos litigantes, por exemplo, na qual dominam práticas discursivas em uma esfera pública, correções são necessárias. Assim, acreditamos que, em relação às *hinges*, não seria diferente.

Para tanto este trabalho está dividido em três seções. Na primeira seção faremos uma crítica a tese da inefabilidade das *hinge*. A seção dois traz a parte positiva do artigo, onde examinamos a compreensão de desacordo profundo entre *hinges* e exploramos o método socrático como uma resposta adequada às explicitações das certezas fulcrais. Finalmente, na terceira seção, avaliamos se nossa proposta enfrenta adequadamente o desafio levantado por Moyal-Sharrock.

⁵ A opção pela abordagem neopragmatista se dá pela tentativa de ter uma resposta não metafísica e não representacional ao ceticismo, enfatizando as práticas de indivíduos no mundo, mas sem nos remeter a Peirce, Dewey e James, os pragmatistas clássicos. O que pressupomos aqui é uma abordagem neopragmatista que toma como autores influentes o segundo Wittgenstein e Brandom, por exemplo.

1 Parte negativa: As *hinge propositions* são, de fato, inefáveis?

Moyal-Sharrock é uma intérprete influente e desempenha um papel importante na divulgação dos pensamentos de Wittgenstein, principalmente os referentes ao *Da Certeza*. Contudo, aqui defenderemos que algumas de suas teses apresentam algumas dificuldades conceituais. Nesta seção, nos dedicaremos a analisar a inefabilidade das *hinges* como defendida por Moyal-Sharrock. Também recorreremos ao *Da Certeza* para respaldar nossa argumentação contra a tese da autora.

1.1 A tese da inefabilidade das *hinge propositions*

Moyal-Sharrock vem defendendo, em alguns trabalhos (2004, 2005, 2016), algumas teses importantes e influentes sobre a assim chamada *hinge epistemology*, sendo a tese da inefabilidade uma delas. Para a intérprete, as *hinges* são inefáveis, pois não podem ser ditas significativamente. Sob essa ótica, caso alguém tentasse articular uma *hinge*, não resultaria em outra coisa, a não ser um contrassenso (*nonsense*). Moyal-Sharrock, além de endossar a inefabilidade das *hinges*, defende que elas são regras da gramática, sendo, assim, sem sentido, isto é, não descrevem nada na realidade e não podem ser nem verdadeiras nem falsas. Uma regra da gramática não tem ela mesma sentido, ou seja, condições de verdade, uma vez que ela determina o sentido (MOYAL-SHARROCK, 2015, p. 18). Para a autora, a articulação de uma *hinge* num discurso solidificaria o jogo de linguagem, isto é, paralisaria nossas práticas. Com efeito, o enunciar de uma *hinge* soaria, nesta interpretação, como algo incompreensível, uma piada ou até mesmo um episódio de loucura. Em sua visão, “proferir uma dobradiça no fluxo do discurso ordinário é proferir um contrassenso; é proferir uma regra onde nenhuma lembrança de uma regra é necessária.” (MOYAL-SHARROCK, 2015, p. 18).

A intérprete também argumenta que proposicionalidade, para Wittgenstein, está logicamente ligada à verdade e à falsidade. Na medida em que uma regra não é nem verdadeira nem falsa, regras não seriam, então, proposições. Por isso, *hinges*, sendo regras, ou seja, não sendo nem verdadeiras nem falsas, não seriam proposições (cf. MOYAL-SHARROCK, 2015, p. 17).

Moyal-Sharrock (2004) utiliza alguns exemplos de *Da Certeza* para sustentar suas teses. Um deles é o do silvicultor (WITTGENSTEIN, 1969, §353), em que um silvicultor diz aos seus trabalhadores: “essa árvore tem que ser cortada, e essa aqui também”. Sob essa ordem, o serviço é executado normalmente, mas se o silvicultor apontasse para uma árvore comum e dissesse “isto é uma árvore”, os trabalhadores o olhariam com perplexidade. Para Moyal-Sharrock, isso

ocorreria porque, no primeiro caso, a proposição seria uma afirmação informativa, enquanto, no segundo caso, não faria sentido algum. É como se o silvicultor estivesse proferindo uma trivialidade que todos aprendem já desde crianças. Isso ocorreria porque, no contexto do silvicultor, a proposição “isto é uma árvore” não informa nada, não representa nada, não descreve nada; por isso não faria sentido. “Isto é uma árvore”, para a intérprete, no contexto do silvicultor, expressa uma regra gramatical e, como tal, não teria sentido uma vez que seria condição para o sentido de outras proposições. Em razão disso, não tem possibilidade de ser articulada.

Segundo a autora, nossas certezas (*hinges*) compartilhadas de que “isto é uma árvore”, “eu estou aqui” e “eu sou um ser humano” não podem ser ditas significativamente, e essa infabilidade indica uma indizibilidade lógica. Moyal-Sharrock entende que, se as *hinges*, em determinado contexto, não servem nem para informar nem para expressar ou descrever, não têm utilidade. São, assim, desprovidas de sentido; elas nada dizem (2015, p 20). Ela também defende que é pelo fato de as *hinges* estarem fora do horizonte de significatividade da linguagem que mantêm nossos jogos de linguagem funcionando. E estar fora da linguagem significa aqui que só é possível mostrar uma *hinge*, e não dizer uma *hinge* significativamente. Por essa razão, Moyal-Sharrock, afirma que, “(...) a fluidez do jogo depende de que suas *hinges* permaneçam invisíveis (não ditas).” (2015, p 19).

Seguindo a interpretação de Moyal-Sharrock, seria ainda mais estranho se, no caso do silvicultor, ele usasse uma proposição negativa: “isto não é uma árvore”. Nesse sentido, a autora defende outra tese, a tese da indubitabilidade das *hinges*. Em sua visão, para Wittgenstein, não há nenhum contexto em que nossas *hinges* possam ser postas em dúvida ou serem justificadas, uma vez que sua indubitabilidade é conceitual, e não contextual (2015, p. 9). Diante disso, “a indubitabilidade das nossas *hinges* não resulta dos termos confirmados, mas decorre do fato de que elas não são passíveis em absoluto de confirmação ou de falsificação” (2015, p. 12). Ainda, a intérprete acredita que não há questão de verdade ou de falsidade nas *hinges*, pois elas são impermeáveis à dúvida.

1.2 Dificuldades conceituais em relação à tese da infabilidade das hinge propositions

A tese na qual nos deteremos, apesar de comentarmos outras afirmações, é a da infabilidade das *hinges*, defendida por Moyal-Sharrock.

Vale ressaltar que nossos esforços aqui não são meramente exegéticos, mas sistemáticos. É menos sobre a real posição de Wittgenstein e mais sobre uma inspiração, uma interpretação a partir de *Da Certeza* e da percepção de Moyal-Sharrock. Assim, acreditamos

que podemos chegar a uma posição adequada referente às *hinges* no âmbito público, entre interlocutores litigantes e pertencentes a comunidades diversas. Dito de outro modo, nossos esforços vão em direção a uma posição mais apropriada do fenômeno da divergência entre certezas fulcrais rivais mediante uma leitura neopragmatista das *hinges*.

Primeiramente, vale se destacar que o termo “inefável” não é um conceito de *Da Certeza*, mas do *Tractatus*. É possível encontrá-lo mais precisamente no aforismo 6.522, onde Wittgenstein afirma: “existe com certeza o inefável. Isto se mostra, é o que é místico”. O termo “indubitável” também não está presente em *Da Certeza*. As dificuldades conceituais de Moyal-Sharrock partem desses aspectos.

Como já foi dito, Moyal-Sharrock, partindo do exemplo do silvicultor, afirma que a proposição “isto é uma árvore”, sendo uma *hinge*, nada diria nada, não podendo, assim, ser proferida. Só geraria um contrassenso, já que a proposição não descreve nem informa nada no contexto dos silvicultores.

Sobre esta interpretação, contra-argumentamos que uma regra não precisa ser descritiva ou informativa: ela pode ter outros usos relevantes para a dinâmica das *hinges*. Pensemos em uma pessoa aprendendo outro idioma, por exemplo o inglês. Suponhamos que a pessoa que está ensinando apresenta o sistema de cores para seu amigo. E diz “preto é *black*”, e mostra sua camisa para seu amigo e fala “isto é *black*”. Em um sentido importante, essa proposição não pode ser falsa. A proposição “isto é *black*” funciona como critério pelo qual a pessoa que está aprendendo vai começar a atribuir o predicado *black* para as coisas. O aluno se fixa nesta certeza para começar a usar vocabulário de cor.

Moyal-Sharrock defende a não proposicionalidade das *hinges* a partir da noção tradicional de que uma proposição tem que ser passível de verdade ou de falsidade. Como as *hinges* não se enquadram nessa noção, a intérprete acredita que elas não são proposicionais. Entretanto, essa posição é problemática. Primeiro, o segundo Wittgenstein nunca deixou clara sua noção a respeito do que é uma proposição. Segundo, se as *hinges*/regras estão ligadas inferencialmente a outras *hinges*, como não poderiam ser proposicionais?⁶ Além disso, mesmo não sendo nem verdadeiras nem falsas, ainda assim são regras. Concordamos que as *hinges* funcionam como uma regra. Todavia, a dizibilidade não precisa ser uma característica apenas de descrições. Dizibilidade, dentre outras coisas, pode significar expressão ou explicitação de

⁶ O inferencialismo de Brandom pode desempenhar um papel importante aqui também. Uma proposição não precisa ser identificada a partir de suas condições de verdade, mas a partir de sua rede de relações inferenciais com outras proposições. Mas este problema está fora do escopo do presente trabalho.

conteúdo proposicional que permite a revisão de determinadas práticas ou, eventualmente, a correção.

Dessa forma, uma regra — uma *hinge* — pode servir como parâmetro de correção de um movimento errado em um jogo, ou para controlar movimentos que foram feitos ou até para rever a regra de um jogo. Pensemos no jogo de xadrez, uma situação em que um jogador eventualmente avança com o cavalo uma casa para frente. Sabendo que, de acordo com as regras do xadrez, o cavalo se movimenta duas casas em qualquer direção (vertical ou horizontal) e, após isso, avança mais uma no sentido perpendicular — também conhecido como “movimento em L” —, o que o outro jogador faria? Provavelmente, explicitaria a regra para o adversário, falaria a regra.

Mediante esse exemplo, destacamos que uma regra além de introduzir pessoas em práticas regras, podem exercer outras funções relevantes. A sua explicitação pode servir para corrigir atividades regradas de outras pessoas. A regra aqui tem um papel que não precisa ser descritivo ou pedagógico. Ela pode explicitar determinados conteúdos a partir de sua expressão. Em casos como o do xadrez, é importante proferir uma regra para se tentar corrigir ou bloquear um movimento deviante.

Como já mencionado, Moyal-Sharrock também defende que as *hinges* são indubitáveis. Contudo, devemos notar que, em algumas situações, as *hinges* não precisam ser inefáveis nem indubitáveis. Lembremos que Moyal-Sharrock argumenta que a inefabilidade das *hinges* indica a sua indubitabilidade lógica. Contudo, a intérprete não elucida o que seria essa indubitabilidade lógica, como também não deixa claras outras passagens do *Da Certeza* nas quais se pontua que a articulação de uma *hinge* num discurso paralisaria nossos jogos de linguagens. Assim como nesta seção, “proferir uma *hinge* no interior do jogo de linguagem invariavelmente detém o jogo. Dizer que as *hinges* são inefáveis não significa meramente apontar para a superfluidade de se articular o óbvio; significa enfatizar sua indizibilidade lógica.” (MOYAL-SHARROCK, 2015, p. 19). Essa falta de elucidação em algumas passagens dificulta a compreensão textual e as torna mais difíceis de se sustentar.

Pensamos ser crucial indicar alguns momentos/atividades em que as *hinges* — ou regras — precisam ser explicitadas, proferidas, com o intuito de deixar a interpretação aqui mais convincente. Sendo assim, elencamos três momentos para tal discussão: i) o pedagógico, ii) o teórico e iii) o conflituoso.

O primeiro momento, o pedagógico, seria o de ensino, de introdução de pessoas em um jogo ou prática regrada. O segundo seria o momento em que é explicitada uma teoria geral sobre

uma atividade. O terceiro ocorreria quando há a violação de uma regra. Este último já foi discutido brevemente no exemplo do xadrez. Agora, nos deteremos mais especificamente na aceção três, a de conflito.

Para tanto, é preciso mencionar que nos respaldamos em algumas seções de *Da Certeza* para sustentar nossa interpretação. Usamos, aqui, duas seções: i) as passagens que abordam a metáfora do leito do rio e ii) as passagens acerca do encontro de Moore com um rei peculiar. Sobre a primeira seção, apresentamos o trecho a seguir:

Poderia imaginar-se que algumas proposições, com a forma de proposição empíricas, se tornavam rígidas e funcionavam como canais para as proposições empíricas que não endureciam e eram fluidas, e que esta relação se alternava com o tempo, de modo que as proposições fluidas se tornavam rígidas e vice-versa... mas eu distingo entre o movimento das águas no leito do rio e o desvio do próprio rio; ainda que haja uma nítida demarcação entre eles... a mesma proposição pode ser tratada uma vez como coisa a verificar pela experiência, outra vez como regra de verificação... e a margem daquele rio consiste, em parte, em rocha dura não sujeita a alteração ou apenas a uma alteração imperceptível e, noutra parte, em areia que ora é arrastada, ora se deposita. (WITTGENSTEIN, 1969, §96-99)

A seção acima expressa bem a possibilidade de explicitação e, eventualmente, de correção das *hinges*. Tal seção, por si só, já é clara, mas ainda podemos interpretá-la assim: o leito do rio comporia as *hinges*, e a água, as proposições empíricas. Assim, uma proposição empírica pode se acomodar e, eventualmente, se transformar no leito do rio, enquanto alguma pedrinha do leito do rio pode se soltar e virar uma proposição empírica. Em outras palavras, em alguns momentos, uma *hinge* pode deixar de ser *hinge* e pode ser alterada, corrigida.

Um outro exemplo de possibilidade de correção de *hinge* que podemos aludir é uma certeza utilizada por Wittgenstein: “nunca ninguém esteve na lua” (1969, §206). Esta se refere às *hinges*. Tal proposição, que, na época em que Wittgenstein a escreveu, era *hinge*, hoje não o é mais. Atualmente, ela é uma proposição empírica passível de verdade e de falsidade.

No tocante à seção do conflito entre Moore e um rei, temos:

[...] podemos perguntar: terá alguém razão importante para acreditar que a terra apenas existiu há pouco tempo, digamos, a partir do momento em que essa pessoa nasceu? – Suponha-se que sempre lhe tenham dito isso, – teria ele uma boa razão para o pôr em dúvida? Há homens que têm acreditado que podem fazer chover: por que razão um rei não seria educado na crença de que o mundo começou com ele? E se Moore e esse rei se encontrassem e discutissem será que Moore conseguiria provar que a sua convicção (visão de mundo) é que estava correta? Não digo que Moore não pudesse converter o rei à sua opinião, mas seria uma conversão de um gênero especial; o rei seria levado a encarar o mundo de modo diferente...” (WITTGENSTEIN, 1969, §92)

Nesta seção, é como se Wittgenstein colocasse Moore e o rei em confronto direto; o rei, que acredita que o mundo passou a existir no exato momento de seu nascimento. Como Moore argumentaria com o rei? Aqui, há um exemplo de conflito entre *hinges*. Depois veremos que são desacordos profundos e, por isso, parecem não ter solução. Assim, ainda que Moore mostrasse e argumentasse a partir de evidência empírica, o rei não ficaria convencido com a ideia de que o mundo não nasceu consigo. Existe um confronto entre *hinges* distintas e rivais. Moore e o rei não compartilham da mesma imagem de mundo. O que Moore tem que fazer, então, é explicitar as regras, por exemplo, da investigação científica, para o rei. E o rei, por seu turno, explicitará as regras e critérios de correção próprios de sua comunidade. Dessa forma, uma das duas imagens de mundo precisa ser revisada/corrigida, a imagem de mundo de Moore ou a do rei, pois, eventualmente, o rei poderia convencer Moore a respeito de sua visão de mundo. Neste contexto, o papel que a proposição desempenha precisa ser modificado, uma vez que: "nós somos educados por elas e através delas. Como em conflitos radicais, na lógica nós também temos que iniciar litigantes em novos procedimentos, interesses e visões; ao modificarmos suas *hinge propositions*, modificamos sua *Weltbild*. (SILVA, 2020, p. 91)

Entretanto, uma hinge só pode ser corrigida por outra hinge, pois para mudá-la, é preciso modificar a visão de mundo da pessoa. É custoso fazer uma correção de hinge por este motivo: ao ser corrigida, também alterará suas relações inferenciais com outras *hinges*. Mas, mesmo assim, uma hinge pode ser corrigida.⁷

2. Parte positiva: É possível corrigir *hinge propositions*?

Nesta seção, defenderemos que a tese da infabilidade das *hinges*, defendida por Moyal-Sharrock, inviabiliza práticas relevantes em ambientes públicos — como as de controle e revisão de certezas —, principalmente em situações de conflitos entre *hinges* distintas e rivais. Estes casos motivam a discussão sobre desacordos profundos, como veremos. Aqui defendemos o método socrático tal como proposto por Brandom (2013) como um modelo possível de explicitação e correção de *hinges*. Veremos que Brandom articula sua obra a partir da tese do inferencialismo, a fim de propor uma alternativa à semântica representacionista. O autor está inserido na tradição chamada pela literatura de neopragmatismo linguístico.

⁷ Alice Cracy (2005), em seu artigo *Wittgenstein and Ethics: A Discussion with Reference to On Certainty*, mostra as dificuldades de se alterar as *hinges*. Conferir também Silva 2015.

2.1 Desacordos profundos

O debate contemporâneo sobre os desacordos profundos parece começar a partir do exame da seguinte passagem, “no fim das razões vem a persuasão” (WITTGENSTEIN, 1969, §612). É com base nessa passagem, dentre outras, que Fogelin (1985), um dos pioneiros dessa discussão, se posiciona em relação aos desacordos profundos.

Desacordos profundos são um tipo de desacordo diferente do que estamos acostumados a encontrar no dia a dia. Não é um desacordo a respeito de, por exemplo, se Manoel de Barros pertenceu à Geração de 45 ou ao Pós-Modernismo brasileiro. Se houver desacordo, este pode ser resolvido a partir de evidências e argumentação racional. As pessoas que duvidam dessa informação compartilham de um mesmo quadro de referência. Os procedimentos usados para dirimir a dúvida ou o dissenso não estão sendo postos em dúvida. Este seria um desacordo superficial, normal, segundo Fogelin:

Uma argumentação é normal quando ocorre dentro de um contexto mais geral de crenças e preferências compartilhadas. Também, devem ocorrer dentro de um contexto onde os indivíduos compartilhem do mesmo procedimento para resolução de argumentos. (FOGELIN, 1985, §11)

Já os desacordos profundos são um tipo peculiar de desacordo. Para Fogelin (1985), são gerados por conflitos entre *hinge propositions*⁸. O autor os exemplifica a partir de casos de dissenso sobre a moralidade do aborto, mostrando a profundidade desse tipo de desacordo a partir de sua persistência. São desacordos que parecem ser imunes a fatos. Uma característica dos desacordos profundos é que a discordância persiste mesmo depois de provas empíricas, de provas científicas, de fatos serem apresentados. Em casos de desacordos normais, após argumentos que mostrem os fatos, o conflito é geralmente resolvido, o que não ocorre em desacordos profundos.

No exemplo de Moore e o rei apresentado acima, Wittgenstein imagina um cenário onde Moore diz saber que o mundo não nasceu consigo (terceira pessoa), enquanto o rei afirma o contrário, dizendo que o mundo nasceu com ele. Para o rei, isso é um truísmo. Ele sabe disso como certeza e tem razão para isso. Por exemplo, todos ao seu redor já falaram sobre isso e agem como se isto fosse verdadeiro. Portanto é coerente acreditar nessa afirmação, o que acaba formando sua visão de mundo, uma vez que a vida da comunidade pode toda ser organizada toda em torno desta crença.

⁸ É chamada pela literatura de Teoria Wittgensteiniana de desacordos profundos. Ela endossa a ideia de que desacordos profundos são desacordos sobre compromissos de *hinges*. Conferir Hazlett (2014), Godden e Benner (2010) e Pritchard (2016).

Parece-nos que, neste exemplo, acontece algo análogo em relação à discussão de Moore com os céticos, na qual ele declara saber que a realidade externa existe em função de suas mãos, enquanto os céticos afirmam que ele não pode saber disso. No confronto entre Moore e o rei, este diz que o mundo nasceu com ele, e Moore nega e contra-argumenta, dizendo que o rei não o sabe. Em ambos os exemplos, não é o caso de pontuar que um dos disputantes é irracional e o outro, racional. O que está em jogo são perspectivas estritamente diferentes, visões de mundos diferentes, já que ser racional não significa que se está falando algo verdadeiro: ser racional é falar o que está articulado com as razões, inferencialmente articuladas, como Brandom defende (2013). Tanto Moore quanto o rei podem apresentar razões inferencialmente articuladas. Contudo, as razões apresentadas pelo rei não serão levadas a sério por Moore, assim como as razões de Moore não serão consideradas pelo rei.

Ainda sobre este conflito entre Moore e o rei, se Moore informasse ao monarca algo como “veja os fatos da física, o mundo nasceu há mais de cinco mil anos” ou “olhe os fatos da arqueologia”, o rei provavelmente lhe diria que isso não é evidência e que, portanto, não comprova nada: “eu sei que a terra nasceu no exato momento em que eu nasci”. Assim, Moore contrariamente continuaria lhe mostrando fatos do mundo nos quais acredita. Mas sem efeito.

A questão é que os métodos pelos quais ambos chegam a essas verdades são profundamente diferentes, e é isso o que gera os desacordos profundos. A metodologia de resolução de conflito é completamente diferente. O exemplo de Moore e do rei é fictício em *Da Certeza*, mas podemos exemplificar tal ponto com situações reais e atuais.

Temos os casos de confrontos com pessoas que acreditam que a terra é plana e pessoas que não acreditam na eficácia de vacinas. Ambos parecem ser imunes a fatos e, mesmo depois de provas empíricas e científicas, permanecem em desacordo. Este tipo de desacordo — profundos — é menos sobre a verdade das coisas e mais sobre como as pessoas defendem determinadas teses. Para as pessoas que defendem teses terraplanistas e antivacinas, o modo como usamos nossos argumentos, nossos procedimentos e métodos para justificação de alguma tese não são confiáveis. Elas desqualificam o método pelo qual avaliamos as coisas no mundo, pois a forma como avaliam se algo é verdadeiro ou falso parece ser diferente. Então, estas pessoas parecem ser imunes aos fatos, por exemplo, o formato da terra é geóide, e a geologia pode provar isso.

Ainda no exemplo de Moore e o rei, dos terraplanistas e dos antivacinas, o que está sendo questionado não são as proposições, mas o método de verificação do que é verdadeiro ou falso, o método que usamos como critério de avaliação da qualidade de nossas proposições mais

cotidianas. É isto que configura os desacordos profundos: o confronto de *hinges* — regras — que formam visões de mundo e que estão em conflito por serem completamente diferentes.

Quando perguntamos sobre a raiz de um desacordo profundo, não encontramos simplesmente proposições isoladas [...], mas todo um sistema de proposições de compensações mútua (e paradigmas, modelos, estilos de atuação e pensamento) que constituem, se me é permitido usar a frase, uma forma de vida. (FOGELIN, 1985, p. 5-6)

Conforme Fogelin (1985), esses desacordos não têm solução via argumentação racional, sendo resolvidos apenas por alguma espécie de conversão. Na perspectiva do autor supracitado: “é que desacordos profundos não podem ser resolvidos através do uso da argumentação, pois eles subestimam as condições essenciais à argumentação” (FOGELIN, 1985, p. 5). No entanto, alguns autores⁹ não concordam com as conclusões de Fogelin, como é o caso de Godden e Benner (2010). Também não aderimos às conclusões de Fogelin (1985), uma vez que, apesar de ele ser um dos pioneiros nessa discussão, uma solução não racional inviabilizaria nossa interpretação e intenção, a saber, permitir um modelo público de correção de *hinges*. A interpretação de Fogelin inviabilizaria a utilização do método socrático de Brandom, pois este é um método racional que explicita inferências e conceitos implícitos em nossas práticas cotidianas.

Segundo Godden e Benner (2010):

[...] a caracterização de desacordos profundos de Fogelin tem distinguido as fortes discordâncias de Wittgenstein, que as tornam caracteristicamente distintas dos desacordos normais. No entanto, estas características não levam à conclusão de que são racionalmente insolúveis; pelo contrário, revelam que as razões funcionam de forma diferente na resolução de desacordos profundos do que nos normais. (GODDEN; BENNER, 2010, p. 75).

2.2 Método Socrático

Para compreender o método socrático¹⁰ de Brandom (2013), precisamos entender duas ideias ou estratégias metodológicas: i) inferencialismo semântico e ii) expressivismo lógico.

O inferencialismo semântico é uma tese que se contrapõe ao referencialismo, endossando a ideia de que o significado é o uso, pois o uso fixa/determina os significados das palavras. Ou seja, para determinar o significado de termos linguísticos, precisa-se, ao invés de

⁹ Outros autores que corroboram a ideia de que desacordos profundos podem ser resolvidos racionalmente: Memedi (2007), Feldman (2007), Ligg (1986) e Turner e Wright (2005).

¹⁰ Vale destacar que utilizamos aqui o método socrático a partir da interpretação de Brandom. Tal interpretação é *sui generis*, heterodoxa, não a tradicional vinculada a Sócrates na Grécia Antiga.

dominar a referência, de entender várias inferências (raciocinar) que articulam o significado dos termos. Desta forma, ao aprendermos um conceito, por exemplo, temos que aprender vários conceitos porque conceitos estão sempre articulados uns com os outros em termos do que se segue do que e de quadros de incompatibilidade. Isto acaba redundando em um tipo de holismo semântico. Dito de outra maneira, somente se domina o significado de um termo ao se dominar relações inferenciais que lhe são relevantes: "[...] aprender um conceito é aprender sob quais condições devemos aplicá-lo legitimamente. Dominar um conceito para um neopragmatista é dominar o uso significativo de uma palavra em nossas línguas naturais." (SILVA, 2020, p. 93).

Já o expressivo lógico é uma tese filosófica de Brandon que garante uma função distintiva ao vocabulário lógico. Este, nesta concepção, torna explícito nossos comprometimentos inferenciais feitos ou aquilo com o que estamos nos comprometendo quando usamos as palavras. Isto é, o vocabulário lógico explicita as articulações inferenciais que dominamos quando dominamos as palavras. A função de tal vocabulário é, aqui, elucidativa e não descritiva ou representacional.

Segundo Brandom (2013), os conceitos são determinados não por propriedades platônicas ou por condições de satisfação, mas pelo papel que estas proposições desempenham no nosso raciocínio, em nossas inferências. Esta visão, na ótica de Brandom, está dentro de um ambiente em que uma proposição ou afirmação pode desempenhar o papel de premissa ou conclusão em uma cadeia inferencial. Entender uma proposição é entender um passo dentro de um jogo de linguagem de dar e receber razões. Este aspecto está envolto pelo que Brandom (2013) denomina “espaço de razões”. Ser racional, segundo o autor, é estar neste espaço de razões: é saber tecer conclusões, oferecer justificativas e demandar justificativas de outros seres racionais.

O método socrático está inserido nesse ambiente, dado que é um método racional que possibilita o pedir e demandar — dar e receber — razões:

O método socrático é uma maneira de colocar as nossas práticas sob um controle racional, expressando-as de uma forma explícita, de tal modo que possam ser confrontadas com objeções e alternativas, uma forma na qual possam aparecer como a base de premissas que se comportam como razões e como premissas de inferências adicionais que exploram as consequências de aceita-las. (BRANDOM, 2013, p. 17)

O vocabulário lógico tem um papel especial nisso. Ele permite a expressão de afirmações explícitas dos compromissos inferenciais. Ao formular e explicitar compromissos

inferências implícitos, os tornamos passíveis, suscetíveis a críticas, deixando-os necessitados de justificação, assim como qualquer afirmação. “O uso de qualquer conceito ou expressão envolve compromisso com uma inferência a partir de seus fundamentos às consequências de suas aplicações.” (BRANDOM, 2013, p. 85)

O método de Brandom gera afirmações explícitas em forma de regras dos compromissos que, até então, estavam implícitos nas práticas inferenciais. Já a expressão explícita aqui tem um papel elucidador, ou seja, serve para harmonizar e melhorar nossos compromissos inferenciais, tal como nossos conteúdos conceituais (BRANDOM, 2013, p. 86). Assim, a partir do método socrático é possível corrigir relações inferenciais discordantes. Isso porque, quando se é confrontado, de maneira explícita, com compromissos inferenciais, pode-se notar se tal compromisso é adequado ou inadequado, ou mesmo, se é um compromisso insustentável. Ao nos comprometer com uma afirmação qualquer, estamos nos comprometendo, implicitamente, com todas as articulações inferenciais relevantes de tal afirmação. Este papel expressivo do método socrático é capaz de harmonizar nossos compromissos inferenciais.

A primeira regra é que se haveria de explicitar, como enunciados, os compromissos inferenciais materiais potencialmente problemáticos, expondo-os tanto como suscetíveis à contestação fundamental quanto como necessitando de uma defesa racional. (BRANDOM, 2013, p. 86)

Brandom (2013) exemplifica o papel do seu método com o termo pejorativo “*boche*”. Este termo é aplicado a pessoas de origem alemã consideradas bárbaras e mais propensas à crueldade que outros europeus. Se alguém utiliza tal termo (visivelmente problemático), está se comprometendo não somente com o vocábulo, mas com todas as relações inferenciais vinculadas a ele. A partir do vocabulário lógico, como o da implicação material, poderíamos explicitar estes compromissos para o nosso interlocutor da seguinte forma: “Se você usar a palavra “*boche*”, você estará endossando que alemães são propensos à crueldade”. Esta explicitação do conteúdo implícito no uso da palavra “*boche*” pode ter como efeito que o nosso interlocutor desista de usar a palavra. Com efeito, a utilização do termo, a partir de sua explicitação se usando o vocabulário lógico, pode ser vista como insustentável e inadequada, sendo, pois, algo que não deveria assumir.

Podemos aplicar este modelo ao caso de Moore e o rei. Retomando o exemplo do confronto entre *hinges* distintas e rivais — desacordos profundos —, como vimos mais acima,

caso Moore quisesse corrigir o rei¹¹, o primeiro poderia explicitar as *hinges* para o último, expondo-lhe o conteúdo da regra a partir do método socrático. Seria utilizado o vocabulário lógico para a expressão da regra, já que tal vocabulário elucida nossos comprometimentos inferenciais. Assim, Moore explicitaria todas as inferências (relevantes) da crença problemática de que o mundo nasceu com o rei. Provavelmente, diria ao rei que, para nascer, sua mãe precisaria estar no mundo antes dele. Poderia também dizer que se ele (Moore) é mais velho que o rei e sempre esteve na terra, quando o rei nasceu, a terra/o mundo já estava onde está. É importante observar que utilizamos o conectivo lógico da implicação material nestas explicitações dos compromissos inferenciais. E isto não é por acaso. Vimos que, na filosofia de Brandom, a função do vocabulário lógico é tornar explícitos nossos comprometimentos inferenciais. Este papel expressivo é o que codifica as inferências e as incompatibilidades materiais, permitindo, ademais, o controle e a revisão/correção pública de aplicações inadequadas.

Se Moore conseguisse convencer o rei de que, na verdade, o mundo não nasceu com ele, Moore teria mudado a visão de mundo do rei, de maneira que se mudaria o sistema epistêmico do monarca. O papel que as *hinges* desempenham no sistema de crença do rei seria mudado, pois o rei, ao se comprometer com a ideia de que o mundo nasceu com ele, não estaria julgando de acordo com a comunidade (agentes de uma mesma comunidade) e estaria se comprometendo com compromissos que não pode assumir. Afinal, queremos estar cientes das nossas relações inferenciais e compromissos, a fim de sermos capazes de torná-los explícitos e de, assim, justificá-los, ou seja, de participar do jogo de dar e receber razões.

Conclusão

Nossa abordagem ao problema da possibilidade de dizer nossas certezas fulcrais, se deu a partir de uma leitura neopragmatista. Assim, enfatizamos a prática, o uso de agentes em comunidade. Defendemos que as *hinges* devem poder ser proferidas/explicitadas em alguns momentos, como em situações de conflitos entre *hinges* distintas e rivais, uma vez que correções são necessárias em uma comunidade de indivíduos litigantes — com as *hinges*, não seria de outra maneira. Em nossa leitura, as *hinges* não precisam informar ou descrever algo; podem servir de regra, desempenhar papel de regra, com o objetivo de controlar e corrigir

¹¹ Nossa intenção não é afirmar que o rei é irracional e Moore, racional, porque ambos são capazes de oferecer justificativas para a sua visão. São perspectivas diferentes, visões de mundo diferentes. No exemplo do Wittgenstein, eventualmente o rei poderia convencer Moore de que ele estava errado.

práticas. Em outras palavras, as *hinges* podem exercer o papel de critério pelo qual avaliamos a qualidade de nossas práticas discursivas.

Nessa perspectiva, o método socrático tem uma função fundamental, pois julgamos ser esta uma maneira adequada para explicitar e, eventualmente, corrigir as *hinges*. Tal método coloca nossas práticas sob controle, explicitando nossos compromissos inferenciais defeituosos e, como vimos, até as *hinges*, de maneiras que possam ser revisadas/corrigidas. Isso porque, em práticas linguísticas públicas, é necessário que os agentes litigantes sejam capazes de dar e receber razões.

Por fim, a proposta defendida neste trabalho, referente ao problema de conceber as *hinge propositions* como inefáveis — já que esta interpretação inviabilizaria práticas no ambiente normativo, como as correções —, desenvolveu alguns argumentos presentes em *Understanding Wittgenstein's On Certainty*, discutindo a tese das *hinges*, proposta por Moyal-Sharrock. Além disso, discutimos também a literatura relacionada aos desacordos profundos, tocando na sua relação com as *hinges*. Lançamos mão, ainda, do método socrático de Brandom (2013) para explicitação de *hinges*. Diante disso, mostramos que uma visão neopragmatista das *hinge propositions* pode ser uma maneira mais adequada de pensar a funcionalidade destas últimas em ambiente público, possibilitando, assim, trocas significativas entre agentes litigantes, para os quais é possível dar e solicitar razões. No fim das contas, em ambientes de desacordos profundos, *hinge propositions* podem e devem ser explicitadas. Elas não são inefáveis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRANDOM, R. *Articulando razões: uma introdução ao inferencialismo*. Tradução Agemir Bavaresco. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2013.

BRANDOM, R. *Making It Explicit: Reasoning, Representing, & Discursive commitment*. Cambridge: Harvard University Press, 1994.

COLIVA, A. *Moore and Wittgenstein: Scepticism, Certainty and Common Sense*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2010.

CRACY, A. Wittgenstein and Ethics: A Discussion with Reference to On Certainty. In: MOYRAL-SHARROCK, D.; BRENNER, W. H. (ed.). *Readings of Wittgenstein On Certainty*. London: Palgrave Macmillan, 2005. p. 275-301.

FELDMAN, R. Reasonable religious disagreements. In: ANTONY, L. (ed.). *Philosophers without gods*. Oxford: Oxford University Press, 2007. p. 194-214.

FOGELIN, R. The Logic of Deep Disagreements. *Informal Logic*, [United Kingdom], v. 7, n. 1, p. 3-11, 1985.

- GODDEN, D.; BRENNER, W. H. Wittgenstein and the logic of deep disagreement. *Cogency: Journal of Reasoning and Argumentation*, [S. l.], v. 2, p. 41-80, 2010.
- HAZLETT, A. Entitlement and mutually recognized reasonable disagreement. *Episteme*, [S. l.], v. 1, p. 1-25, 2014.
- MCGINN, M. What Kind of Senselessness is This? A Reply to Conant on Wittgenstein's Critique of Moore. In: CONANT, J.; KERN, A. (ed.). *Skepticism and Interpretation*. California: Stanford University Press, 2002.
- MEMEDI, V. Resolving deep disagreement. In: HANSEN, H. V. et al. (ed). *Dissensus and the Search for Common Ground*. Winsdor, ON: OSSA, 2007. p. 1-10.
- MOORE, G. E. A Defense of Common Sense. In: *Philosophical Papers*. London: George Allen & Unwin Publishers, 1959a.
- MOORE, G. E. Proof of an External World. In: *Philosophical Papers*. London: George Allen & Unwin Publishers, 1959b.
- MOYAL-SHARROCK, D. *Understanding Wittgenstein's On Certainty*. New York: Palgrave Macmillan, 2004.
- MOYAL-SHARROCK, D. A Certeza Fulcral de Wittgenstein. Tradução Janyne Satter. *Dissertatio*, Pelotas, v. sup., p. 3-30, 2015.
- MOYAL-SHARROCK, D. *Readings of Wittgenstein's On Certainty*. New York: Palgrave, 2000.
- PRITCHARD, D. *Epistemic angst: Radical skepticism and the groundlessness of our believing*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2016.
- SILVA, M. Desacordos profundos e revisão da lógica: uma leitura neo-pragmática. In: SOUZA, M. J. A.; LIMA FILHO, M. M. (org.). *Linguagem e cognição*. Porto Alegre: Editora Fi, 2020. p. 79-99.
- SILVA, M. Persuasion over conviction: On the role of conversion in logical conflicts between realists and anti-realists. In: MORENO, A. (org). *Wittgenstein e seus aspectos*. São Paulo: Editora UNICAMP, 2015. p. 143-166.
- STROLL, A. *Moore and Wittgenstein on Certainty*. Oxford: Oxford University Press, 1994.
- TURNER, D.; WRIGHT, L. Revisiting deep disagreement. *Informal Logic*, [United Kingdom], v. 21, p. 25-35, 2005.
- WITTGENSTEIN, L. *Da Certeza*. Tradução Maria Elisa Costa. Lisboa: Edições 70, 1990.
- WITTGENSTEIN, L. *Tractatus Logico-Philosophicus*. Tradução Luiz Henrique Lopes dos Santos. São Paulo: EDUSP, 2017.
- WITTGENSTEIN, L. *Investigações Filosóficas*. Tradução Giovane Rodrigues e Tiago Trajan. São Paulo: Fósforo, 2022
- WRIGHT, C. Wittgensteinian Certainties. In: MCMANUS, D. (ed.). *Wittgenstein and Scepticism*. London: Routledge, 2003.